



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2024.0000735884

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2134214-54.2024.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que são agravantes HANDZ PARTICIPAÇÕES S.A, VILA TABATINGA IMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA, ELAH AGROBUSINESS AGROPECUÁRIA LTDA, MANA IMOVEIS E EMPREENDIMENTOS LTDA, GOCIL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA., GOCIL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, WASHINGTON UMBERTO CINEL, GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., AGROSIN AGROPECUÁRIA E SUINOCULTURA LTDA, NOVA OLINDA SPE LTDA. e BRANGUS BRASIL AGROPECUÁRIA LTDA., é agravado O JUÍZO..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ALEXANDRE LAZZARINI (Presidente) E RUI CASCALDI.

São Paulo, 12 de agosto de 2024.

J.B. PAULA LIMA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Agravo de Instrumento nº 2134214-54.2024.8.26.0000

Comarca: São Paulo (2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central).

Agravante: Handz Participações S/A e outro.

Agravada: O Juízo.

Interessado: Lindoso e Araujo Consultoria Empresarial Ltda (Administrador Judicial).

Voto nº 29.863

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Pedido de suspensão das negativações em órgãos de proteção ao crédito. Descabimento. O mero deferimento do processamento da recuperação judicial não susta as medidas extrajudiciais de que dispõem os credores em face do inadimplemento do devedor, na medida em que a suspensão prevista no artigo 6º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, tem alcance limitado às ações e execuções em curso contra a devedora, não se estendendo, portanto, às negativações em órgãos de proteção ao crédito. Dispensa da apresentação de certidões negativas por ocasião do processamento da recuperação judicial. Art. 52 da Lei 11.101/2005. A dispensa de certidões negativas neste primeiro momento permite que a recuperanda em crise econômico-financeira possa continuar a desenvolver sua atividade empresarial regularmente. Recurso parcialmente provido.

Insurgiram-se as agravantes contra a decisão copiada a fls. 80/86, alegando, em síntese, que o artigo 52, inciso II, da Lei 11.101/2005 dispensa expressamente a apresentação de certidões negativas com o objetivo de permitir que o devedor tenha condições de exercer as suas atividades com regularidade, evitando que prevaleçam



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

exigências insanáveis e que impediriam o regular funcionamento de uma devedora em recuperação judicial, a despeito de referida empresa mostrar-se apta ao exercício de suas atividades; que as Recuperandas atuam no ramo de segurança, empresas as quais efetivamente participam de licitações e contratam com a Administração Pública; a título exemplificativo, o Grupo Handz é responsável pela segurança da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); e por isso mesmo que a dispensa das certidões negativas se justifica no presente caso, no qual as Recuperandas possuem todas as condições necessárias à qualificação para os procedimentos de licitação relacionados ao setor no qual atuam, mas encontram o obstáculo de referida exigência.

Além disso, não há dúvidas de que a competência para dispensar a apresentação das certidões negativas para fins de contratação com o Poder Público é exclusiva do Juízo Recuperacional.

Aduziram, ainda, que a publicidade dos apontamentos referentes a créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial tem causado inúmeros transtornos ao exercício regular das atividades do Grupo Handz; que os apontamentos têm afastado o interesse de potenciais clientes interessados na contratação/renovação de seus serviços, bem como dificultado o fornecimento de crédito por fornecedores, impedindo que as Recuperandas tenham acesso a novos recursos imprescindíveis ao cumprimento das obrigações que serão assumidas em seu plano de recuperação judicial e; que o objeto do presente agravo de instrumento não é a baixa/cancelamento dos protestos inscritos em nome das sociedades Recuperandas – os quais somente poderão ocorrer após a ulterior homologação do plano de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

recuperação judicial das agravantes –, mas somente a suspensão de sua publicidade, a fim de garantir que as Recuperandas consigam obter créditos com seus fornecedores e, consequentemente, exercer regularmente suas atividades.

Postularam, assim, *“a antecipação dos efeitos da tutela recursal, a fim de que seja determinada a imediata dispensa da apresentação de certidões negativas, especialmente de débitos tributários e trabalhistas, para que as Agravantes possam participar, antes mesmo da aprovação do plano de recuperação judicial, de procedimentos licitatórios, bem como para fins de contratação com novos clientes”* e, ao final, o provimento do recurso para confirmar *“a decisão que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela recursal, bem como deferida a suspensão de apontamentos inscritos junto ao SERASA (apontamentos PEFIN) e demais órgãos de proteção ao crédito, referentes a créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.”*

Oposição ao julgamento virtual (fls. 225/226).

Deferida a antecipação da tutela recursal para dispensar a apresentação das certidões negativas de débito (fls. 229/232).

Manifestação do administrador judicial (fls. 241/247).

Contraminuta a fls. 253/270.

Parecer da D. Procuradoria de Justiça pelo parcial provimento do recurso (fls. 323/332).

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A decisão agravada, na parte que interessa, tem o seguinte teor:

“13 - Fls. 14737/14740 (Recuperandas requerem expedição de ofício aos órgãos de proteção ao crédito para suspenderem a publicidade das negativas feitas): As dívidas existem e não foram pagas. A suspensão das execuções é temporária para que a negociação do plano seja frutífera. A publicidade deste processo permite o conhecimento sobre as dívidas inadimplidas e sujeitas ao plano. Trata-se de efeito semelhante ao da publicidade decorrente dos órgãos de proteção ao crédito. Por isso, não identifico prejuízo na manutenção da publicidade extrajudicial, que é semelhante à processual. Sobre o tema, aliás, o Superior Tribunal de Justiça estabelece que “apenas após a homologação do plano de recuperação judicial é que se deve oficiar aos cadastros de inadimplentes para que providenciem a baixa dos protestos e inscrições em nome da recuperanda.”. No caso dos autos, não houve sequer votação sobre o plano. Por tais razões, indefiro o pedido.

(...)

14.2.3 - Grupo Handz solicita a dispensa de CND's para contratação com o Poder Público: Não cabe ao juízo da recuperação judicial intervir nas contratações do Poder Público, determinando, em todo e qualquer caso, quais as exigências podem ser feitas dos concorrentes e o que configura indevida exigência. Caso algum ente licitante desrespeite o art. 52, inc. II da LRF, cabe à recuperanda tomar as medidas pertinentes contra o a autoridade, no juízo competente. Por isso, indefiro a pretensão.”

De início, dispõe o artigo 146, § 4º, do Regimento Interno do TJSP que “Ressalvada disposição legal em sentido contrário, não haverá sustentação oral nos julgamentos de embargos declaratórios, incidente de suspeição, conflito de competência, arquivamento de inquérito ou representação criminal, e agravo, exceto no de instrumento referente às tutelas provisórias de urgência ou da evidência, e no interno referente à extinção de feito originário prevista no art. 937, VI, do CPC.”

Assim, tratando de insurgência contra decisão que



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

indeferiu os pedidos de suspensão das negativas e de dispensa de certidões negativas, não tem cabimento a sustentação oral.

O mero deferimento do processamento da recuperação judicial não susta as medidas extrajudiciais de que dispõem os credores em face do inadimplemento do devedor, na medida em que a suspensão prevista no artigo 6º, inciso II, da Lei nº 11.101/2005, tem alcance limitado unicamente às ações e execuções em curso contra a devedora, não se estendendo, portanto, às negativas em órgãos de proteção ao crédito.

Dispõe o Enunciado n.º 54, da I Jornada de Direito Comercial do Conselho da Justiça Federal que **“O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção de crédito e nos tabelionatos de protestos”**.

Nesse sentido também a jurisprudência:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO.
RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO
AGRAVADA QUE INDEFERIU PEDIDO DE
SUSPENSÃO DE NEGATIVACIONES JUNTO A
ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E
DE SUSTAÇÃO DE PROTESTOS.
INSURGÊNCIA DA RECUPERANDA.
RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FASE DE
PROCESSAMENTO. DECISÃO AGRAVADA
MANTIDA. AGRADO NÃO PROVIDO (TJSP;
Agravo de Instrumento*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2164036-59.2022.8.26.0000; Relator (a): Alexandre Lazzarini; Órgão Julgador: 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial; Foro de Regente Feijó - Vara Única; Data do Julgamento: 01/02/2023; Data de Registro: 01/02/2023)

No mais, dispõe o artigo 52 da Lei 11.101/2005 que **Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato: (...) II - determinará a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, observado o disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal e no art. 69 desta Lei;**

A dispensa de certidões negativas neste primeiro momento permite que a recuperanda em crise econômico-financeira possa continuar a desenvolver sua atividade empresarial regularmente.

Sobre o tema, oportuna transcrição da lição de Manoel Justino Bezerra Filho:

“Andou bem o legislador ao determinar a dispensa das certidões. Na forma anterior da Lei, o dispositivo poderia determinar a inviabilidade da continuação das atividades empresariais. Com efeito, imagine-se uma empresa que tem grandes contratos com o Poder Público e que, no momento em que pede sua recuperação, fica proibida de continuar tais contratos, a menos que apresente certidões negativas. No AREsp 309.867/ES, j. em 26.06.2018, 1ª Turma, Rel. Min.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gurgel de Faria, entendeu-se descabida a exigência de apresentação de certidões negativas para a contratação com o Poder Público, extraíndo-se da ementa: “A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase da habilitação, a sua viabilidade econômica”. Ou seja, é o reconhecimento jurisprudencial de que a exigência destas certidões poderá inviabilizar de vez a recuperação judicial de determinadas sociedades empresárias que mantêm grandes contratos com o Poder Público. No corpo do acórdão, depois de ponderar que negar à pessoa jurídica em recuperação o direito de participar de licitações públicas por ausência de certidão negativa, vai contra o sentido atribuído pelo legislador ao instituto recuperacional, diz ainda o julgado: “A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis 8.666/1993 e n. 11.101/2005, leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada entre os princípios nelas incluídos, pois a preservação da empresa, a sua função social e o estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.” (“Lei de Recuperação de Empresas e Falência: Lei 11.101/2005: Comentada Artigo por Artigo”, Manoel Justino Bezerra Filho, Adriano Ribeiro Lyra Bezerra, Eronides A. Rodrigues dos Santos – 16. ed. rev., atual e ampl. – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. 281/282).

As certidões negativas de débitos tributários deverão ser apresentadas pela devedora somente **após a juntada aos autos do plano aprovado pela assembléia-geral de credores ou decorrido o**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

prazo previsto no art. 55 desta Lei sem objeção de credores, nos termos do artigo 57 da Lei 11.101/2005.

Pelo exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso para dispensar, neste momento, a apresentação das certidões negativas de débito.

J. B. PAULA LIMA

— RELATOR —